

# Superior Tribunal de Justiça

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.798.325 - RO (2019/0052361-6)**

**RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**RECORRENTE : WEMERSON JOSE DA FONSECA**  
**ADVOGADOS : WILSON NOGUEIRA JÚNIOR - RO002917**  
**SILVIO CARLOS CERQUEIRA - RO006787**  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA**

## DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por WEMERSON JOSE DA FONSECA com fundamento na alínea "a" do inc. III do art. 105 da Constituição Federal – CF, contra acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA – TJRO.

Consta dos autos que o recorrente foi condenado pela prática do delito tipificado no art. 121, § 1º e § 2º, IV, do Código Penal – CP, à pena de 10 anos de reclusão, em regime inicial fechado, com perda da função pública de Policial Militar, na forma do art. 92, I, "a", do CP (fls. 1423/1424).

A defesa interpôs recurso de apelação que foi parcialmente provido por maioria para reduzir a reprimenda ao patamar de 8 anos de reclusão, com imposição do regime inicial semiaberto (fl. 1599). O acórdão ficou assim ementado:

*Apelação Criminal. Homicídio qualificado Privilegiado. Circunstâncias judiciais. Dosimetria. Proporcionalidade. Causa de diminuição de pena. Fração. Motivação. Perda Função. Fundamentação. Efeito secundário.*

*A aplicação da pena-base acima do mínimo legal deve ser proporcional à fundamentação das circunstâncias judiciais que foram consideradas desfavoráveis ao agente.*

*Reconhecido o privilégio pelo Conselho de Sentença, a definição do quantum da diminuição é tarefa atribuída ao juiz presidente nos limites traçados em lei, contudo, a redução em patamar inferior ao máximo exige fundamentação concreta.*

*A perda da função pública não tem efeito automático, mas havendo fundamentação expressa e específica não há como afastá-la por se tratar de consequência secundária da condenação (fl. 1590).*

Em sede de recurso especial, a defesa alegou violação aos artigos 59 e 92, I, ambos do CP, e 381, III, do Código de Processo Penal – CPP, porquanto a pena acessória de perda do cargo público foi justificada de forma genérica, também em

# Superior Tribunal de Justiça

violação ao art. 93, IX, da CF. Entende que o descontrole emocional foi reconhecido como causa do homicídio privilegiado e não poderia ser utilizado em prejuízo do recorrente. Destaca que o Tribunal de origem manteve apenas a circunstância judicial circunstâncias do crime como desfavorável e que não pode ser punido excessivamente por uma conduta humana de colapso emocional. Aduz ser indevido invocar como fundamento para a perda do cargo a inexistência de garantia de não reiteração delitiva, pois deve ser analisado o fato praticado, evitando-se o direito penal do autor. Requer seja afastada a perda do cargo público.

Contrarrazões (fls. 1628/1634).

Admitido parcialmente o recurso (fls. 1637/1638), os autos vieram a esta Corte.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – MPF opinou pelo desprovimento do recurso (fls. 1648/1651).

É o relatório.

Decido.

De início, não cabe em sede de recurso especial a análise de violação a princípios e dispositivos constitucionais. Cito precedente:

**AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO PENAL. CRIME MILITAR. EXTRAVIO CULPOSO DE ARMAMENTO. ARTS. 265 E 266 DO CÓDIGO PENAL MILITAR. RECONHECIMENTO DE PECULATO CULPOSO. PRINCÍPIO DA ESPECIALIDADE. MILITAR DE FOLGA. NEGLIGÊNCIA NO ACAUTELAMENTO DA ARMA. POSTERIOR RESTITUIÇÃO DO BEM. IRRELEVÂNCIA. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. STF.**

1. À luz do princípio da especialidade, o caso em exame se amolda suficientemente ao tipo descrito nos arts. 265 e 266, ambos do Código Penal Militar, em razão do extravio de armamento da corporação, por intermédio de conduta culposa.

2. A violação de preceitos, de dispositivos ou de princípios constitucionais revela-se quaestio afeta à competência do Supremo Tribunal Federal, provocado pela via do extraordinário; motivo pelo qual não se pode conhecer do recurso especial nesse aspecto, em função do disposto no art. 105, III, da Constituição Federal.

3. O agravo regimental não merece prosperar, porquanto as razões reunidas na insurgência são incapazes de infirmar o entendimento assentado na decisão agravada.

4. Agravo regimental improvido.

(AgRg no REsp 1759904/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO

# *Superior Tribunal de Justiça*

REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 08/11/2018, DJe 26/11/2018)

Sobre a perda do cargo público, constou no voto do relator que a sentença está bem fundamentada. Cito o trecho:

*No tocante ao pedido de afastamento da decretação de cargo público, dispõe o art. 92 do CP:*

Art. 92 - São também efeitos da condenação:

I - a perda de cargo, função pública ou mandato eletivo:

b) quando for aplicada pena privativa de liberdade por tempo superior a 4 (quatro) anos nos demais casos.

Parágrafo único - Os efeitos de que trata este artigo não são automáticos, devendo ser motivadamente declarados na sentença, destaquei.

*Da sentença extrai-se.*

[...] que no caso aqui tratado, o crime foi cometido com o uso de arma de fogo, sob a alegação de descontrole do réu em razão das provocações da vítima. Durante a instrução em Plenário, houve informações da testemunha PM Lindomar Aguiar no sentido de que o réu, no período anterior ao crime, sentia-se tão abalado com seus problemas que tal fato influenciava seu rendimento como policial. O objeto desta ação repousa no fato de que o réu não conseguiu resistir a situação adversa de cunho pessoal, vindo a praticar o crime de homicídio qualificado-privilegiado, demonstrando falta de condições para ocupar sua função. Não há garantias de que não volte a delinquir, sendo que a quantidade de pena fixada e a gravidade do delito impõe a aplicação do efeito secundário da condenação.

*Como se pode observar, não há como afastar a perda da função, uma vez que se trata de efeito secundário da condenação, inclusive bem fundamentado pelo juízo a quo.*

*Nesse sentido, pacífico o entendimento do STF a respeito:*

[...]

*Não é outra a orientação do STJ:*

[...]

*Desta forma, não há como acolher o pleito da defesa neste particular (fls. 1597/1599).*

Pois bem, depreende-se do trecho acima que as instâncias ordinárias

# *Superior Tribunal de Justiça*

compreenderam que o recorrente não possui condições para ocupar a função de policial, eis que situações adversas de cunho pessoal não foram controladas, influenciando em seu rendimento policial e culminando com o homicídio mediante uso de arma de fogo, podendo o fato se repetir. Ainda que imprevisível a possibilidade de repetição, entendo que a justificativa adotada pelas instâncias ordinárias para perda do cargo é concreta e idônea, pois não se esperava de ocupante do cargo de policial militar a prevalência de descontrole emocional e o cometimento do homicídio. No mesmo sentido, cito precedentes:

*AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TRÁFICO DE DROGAS. PERDA DO CARGO PÚBLICO. EFEITO SECUNDÁRIO. PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DO CRIME. MOTIVAÇÃO IDÔNEA. AGRAVO DESPROVIDO.*

1. "Nos termos da jurisprudência vigente neste Superior Tribunal de Justiça, em que pese a perda da função pública não ser decorrência automática da condenação, há a possibilidade de aplicação da referida penalidade pelo juiz sentenciante como efeito da reprimenda fixada, devendo o magistrado apenas fundamentar suas conclusões em critérios objetivos e subjetivos inseridos nos autos, que demonstrem a incompatibilidade do ato criminoso com o cargo ocupado pelo acusado. *Precedentes.*" (AgRg no AgRg no AREsp 1.277.816/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe de 26/9/2018).

2. No caso, verifica-se que o acórdão recorrido encontra-se em consonância com a orientação jurisprudencial desta Corte, porquanto devidamente fundamentada a perda do cargo público de policial militar imposta ao agente, tendo sido aplicado o art. 92, I, "a", do Código Penal - CP.

3. Agravo regimental desprovido (AgRg no AREsp 954.614/PR, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, DJe 20/05/2019).

*PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO. CORRUPÇÃO PASSIVA. DOSIMETRIA. PENA-BASE. ACRÉSCIMO CONCRETAMENTE MOTIVADO. PERDA DO CARGO PÚBLICO DE POLICIAL. ALEGADA FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO DA SENTENÇA. NÃO OCORRÊNCIA. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.*

[...]

VI - Conforme entendimento que se assentou nesta Corte Superior, a perda de cargo, função pública ou mandato eletivo, prevista no art. 92, I, do Código Penal, não é efeito automático da condenação, de forma que a sua incidência demanda fundamentação expressa e

# Superior Tribunal de Justiça

específica, à exceção do crime de tortura.

VII - "O reconhecimento de que o réu praticou ato incompatível com o cargo por ele ocupado é fundamento suficiente para a decretação do efeito extrapenal de perda do cargo público" (AgRg no REsp n. 1.613.927/RS, Sexta Turma, Rel.<sup>a</sup> Min.<sup>a</sup> Maria Thereza de Assis Moura, DJe de 30/9/2016).

VIII - O Tribunal de origem entendeu que as razões apresentadas pelo Juízo de piso eram suficientes para justificar a perda do cargo, tanto é assim que o paciente detém circunstâncias judiciais desfavoráveis. Precedentes.

Habeas corpus não conhecido (HC 448.667/RJ, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 08/10/2018).

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVANTE CONDENADO PELO TRIBUNAL DO JÚRI POR HOMICÍDIO QUALIFICADO. MOTIVO FÚTIL. PRETENSÃO DE EXCLUSÃO DA QUALIFICADORA. SÚMULA 7/STJ. PRECEDENTES. PERDA DO CARGO PÚBLICO DE POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL DEVIDAMENTE JUSTIFICADA. ART. 617 DO CPP. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. REFORMATIO IN PEJUS. INOCORRÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

[...]

3. Devidamente fundamentado o acórdão recorrido no tocante à perda do cargo público, não há falar em ofensa ao art. 92, I, b, parágrafo único, do Código Penal.

[...]

6. Agravo regimental improvido (AgRg no AgRg no AREsp 209.620/MT, Rel. Ministro LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE), QUINTA TURMA, DJe 08/06/2015).

Ante o exposto, admito em parte o recurso especial e, com fundamento na Súmula 568 do STJ, nego-lhe provimento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator